



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Eduardo da Fonte

### PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº , DE 2025 (Do Senhor Eduardo da Fonte)

Atualiza os valores previstos para o enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei objetiva a atualização dos valores previstos para o enquadramento microempresas ou empresas de pequeno porte, para os efeitos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 - Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

Art. 2º A Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º. Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, **inclusive a unipessoal**, a sociedade simples, **os empreendimentos de economia solidária** e o empresário a que se refere o art, 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, devidamente registrados no **Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins** ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

.....

.....





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Eduardo da Fonte

**Art. 3º-C. Os valores previstos nos incisos I e II do art. 3º desta Lei serão atualizados, em janeiro de cada ano, pela variação acumulada, no ano civil anterior, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou de outro índice oficial que venha a substituí-lo.”**  
(NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICATIVA

A Lei Complementar nº 123/2006, Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, estabeleceu um marco jurídico fundamental para a simplificação tributária, o incentivo ao empreendedorismo e o fortalecimento das atividades econômicas de menor porte.

Contudo, passados quase vinte anos de sua edição, o regime jurídico de enquadramento dessas empresas permanece vinculado a valores nominais fixos, não corrigidos monetariamente, o que tem produzido uma série de distorções econômicas e prejuízos ao ambiente de negócios.

A ausência de atualização anual dos limites de receita bruta para enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte gera um fenômeno conhecido como “efeito barreira” ou “inflação de enquadramento”.

Com o aumento geral dos preços na economia — refletido nos índices oficiais de inflação — muitas empresas têm ultrapassado os limites legais não porque cresceram em termos reais, mas apenas porque os valores monetários nominais se tornaram defasados.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Eduardo da Fonte

Dessa forma, micro e pequenas empresas acabam sendo artificialmente deslocadas para faixas superiores, sujeitando-se a maior carga administrativa, tributária e regulatória, sem que tenha havido expansão real de sua atividade econômica ou aumento da sua capacidade contributiva.

Esse problema cria um desincentivo direto à expansão dos pequenos negócios, pois muitos empreendedores passam a limitar seu próprio crescimento para evitar a perda de benefícios do Simples Nacional. Assim, o que deveria ser um mecanismo de estímulo às MPEs acaba promovendo, por força da defasagem dos valores legais, um “teto de crescimento”, com impacto negativo sobre a competitividade, a inovação e a geração de empregos.

O presente Projeto de Lei busca corrigir essa distorção mediante a previsão de atualização monetária anual automática dos limites de enquadramento das microempresas e empresas de pequeno porte, tomando como referência a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) — principal indicador oficial de inflação do país.

Trata-se de medida técnica, objetiva e amplamente utilizada em diversos dispositivos legais e regulatórios para garantir a manutenção do valor real de parâmetros econômicos ao longo do tempo. A adoção da atualização monetária automática promove segurança jurídica, ao evitar alterações legislativas constantes e imprevisíveis.

Além disso, cria uma estabilidade regulatória, fundamental para o planejamento empresarial e protege a capacidade contributiva, impedindo que empresas sejam penalizadas pela simples corrosão inflacionária. Esse ambiente favorável ao crescimento econômico, pois elimina a necessidade de “auto-contenção” por parte dos empreendedores e está alinhada às boas práticas internacionais.

A atualização automática dos valores previstos nos incisos I e II do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, representa, portanto, medida justa, racional e indispensável para assegurar a função econômica e social das micro e pequenas empresas, responsáveis por mais de 90% dos





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Eduardo da Fonte

empreendimentos brasileiros e por parcela substancial da geração de empregos formais.

Ao adequar os limites de forma periódica e transparente, o projeto reforça a política nacional de estímulo ao empreendedorismo, reduz distorções acumuladas e garante condições mais equânimes para que essas empresas possam crescer, competir e contribuir para o desenvolvimento econômico do país.

Sala das Sessões, em        de dezembro de 2025.

  
Deputado **EDUARDO DA FONTE**  
PP/PE

  
Deputado **LULA DA FONTE**  
Segundo-Secretário da Mesa da  
Câmara dos Deputados

